

EXPERIMENTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

INTERFACES E CONEXÕES ATLÂNTICAS

Hilda Jaqueline de Fraga
Claudira do Socorro Cirino Cardoso
Éverton Reis Quevedo
Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadores



Realização



**GOVERNO
DOS AÇORES**

Apoio



GOVERNO DOS AÇORES
CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE PORTO ALEGRE/RS-BRASIL

EXPERIMENTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

INTERFACES E CONEXÕES ATLÂNTICAS

Hilda Jaqueline de Fraga
Claudira do Socorro Cirino Cardoso
Éverton Reis Quevedo
Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadores

EVANGRAF
Porto Alegre
2025

Direitos reservados desta edição:

Organizadores e autores

1ª edição: 2025

Revisão linguística

Dos autores e organizadores

Produção gráfica e impressão

Evangraf - (51) 3336.2466

Contato

livroexperimentacoes@gmail.com

Os textos são de responsabilidade de seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96 Experimentações do patrimônio [recurso eletrônico] : interfaces e conexões Atlânticas / organizadores Hilda Jaqueline de Fraga ... [et al.] organizadores. – Porto Alegre : Evangraf, 2025.
29 Mb ; ePUB. – (Série Experimentações ; v. 5)

562 p.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5699-403-1

1. Patrimônio cultural - Brasil. 2. Patrimônio cultural - Portugal.
3. Patrimônio cultural - África. 4. História. I. Fraga, Hilda Jaqueline de. II. Série.

CDU 351.85(81:469:6)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 6/4287)

Sumário

Portugal - Brasil: conexões patrimoniais	
José Andrade	9
Prefácio - Portugal: Navegar, navegar	
Elisio Summavielle	11
Prefácio - Brasil	
Paulo Knauss	14
Apresentação	
Hilda Jaqueline de Fraga, Claudira do Socorro Cirino Cardoso, Éverton Reis Quevedo e Véra Lucia Maciel Barroso	18

I PARTE

PATRIMÔNIOS E SUPORTES DE MEMÓRIA

Documento é patrimônio: reflexões acerca do patrimônio documental arquivístico em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Brasil) e Guimarães (Portugal)	
Vanessa Gomes de Campos e Alexandra Maria Barros da Costa Marques	25
A cartografia e os engenheiros militares portugueses no estudo da colonização e povoamento do Brasil: um patrimônio ilustrado	
Luiz Fernando Rhoden	50
“Olá, cidade!” Um percurso patrimonial entre produção, pesquisa e divulgação histórica da fotografia em Passo Fundo, Rio Grande do Sul (Brasil)	
Fabiana Beltrami	71

Patrimônio edificado da migração açoriana no sul do Brasil: balanço e ressignificações	
Luisa Durán Rocca.....	85
Conservação e desenvolvimento: a gestão do patrimônio arqueológico em Portugal e no Brasil: os desafios do crescimento urbano	
Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Miguel Ferreira Feio e Marcela Martins Tavares	112
Patrimônio artístico-funerário de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Brasil) e Lisboa (Portugal)	
Gisela Monteiro e Luíza Fabiana Neitzke de Carvalho	130
Sentidos do guardar: perspectivas para as pesquisas com o patrimônio histórico-educativo	
Maria Teresa Santos Cunha.....	166
Abaixo as estátuas coloniais! O que fazer com os patrimônios contestados no Brasil?	
José Ricardo Oriá Fernandes.....	185

II PARTE

PATRIMÔNIOS DE MATRIZ AFRICANA

Um patrimônio arqueológico negro em ambiente missioneiro: a Nimba de Santo Ângelo, entre o Rio Grande do Sul (Brasil) e a África Ocidental	
José Rivair Macedo, Alberto Tavares Duarte de Oliveira e João Vitor Barbosa de Brito	209
Das ervas, a cura: um olhar para as manifestações culturais da Comunidade Quilombola de Queimadas (Currais Novos, Rio Grande do Norte. Brasil)	
Eduardo Cristiano Hass da Silva	233

O não lugar da arte sacra afro-brasileira nas políticas culturais instituídas pelo Ceará (Brasil): o Museu da Arte Sacra de Aquiraz como objeto de estudo

Roberta Fraga Machado Gomes e Itacir Marques da Luz..... 256

Ações afirmativas no campo cultural: lugar de negro e quilombola na Casa de Saberes Cego Aderaldo em Quixadá (Ceará. Brasil)

Arilson dos Santos Gomes, Leandro dos Santos Bulhões de Jesus e Manuella Martha Costa Matos Figliuolo 275

O conceito de Cimarronaje como articulação de património e tecnologia ancestral por um humanismo afrocentrado no século XXI

Rogério Mendes..... 306

**III PARTE
PATRIMÔNIOS IMATERIAIS**

Provérbio: um património do passado ao futuro

Rui J. B. Soares 325

Viola(s) da Terra dos Açores: saberes e práticas de tocar

Wellington Nascimento..... 341

Dos princípios à prática: candidatura das tradições do Vinho Madeira a património cultural imaterial da humanidade

António José Marques da Silva, Naidea Nunes Nunes e Rossana Andreia Neves dos Santos..... 360

Tropeirismo e o património cultural imaterial: saberes e experiências materializadas

Adriana Fraga da Silva..... 391

**IV PARTE
PATRIMÔNIOS, MEIO AMBIENTE, PAISAGENS E CIDADES**

O fogo como património cultural atlântico: interfaces e conexões entre Portugal, Brasil, Angola e Moçambique

António Patrão..... 406

Paisagem cultural como recurso pedagógico: literacia da paisagem e consciência crítica na educação para a paisagem em Portugal

Maria Isabel Whitton Terra Soares de Albergaria..... 421

Cidade de Cacheu (Guiné Bissau): entre memórias e ruínas

Adilson Victor Oliveira..... 441

V PARTE

PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS

Um tesouro inacabado: o Arcano Místico da Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, Açores. Portugal

Susana Goulart Costa e Hilda Jaqueline de Fraga..... 462

Santas Casas de Misericórdia em Portugal e no Brasil: patrimônios seculares de caridade

Véra Lucia Maciel Barroso 483

VI PARTE

PATRIMÔNIO ALIMENTAR

Relato de uma musealização falhada numa ilha periférica: a indústria de laticínios e a valorização de memórias da comunidade em São Jorge (Açores, Portugal)

Susana Goulart Costa e Maria Manuel Velasquez Ribeiro 508

O queijo artesanal serrano de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (Brasil): o queijo do divino e suas representações

Rosana Peccini e Gisele Cemin 522

Minicurrículos dos organizadores e autores..... 544

DOS PRINCÍPIOS À PRÁTICA: CANDIDATURA DAS TRADIÇÕES DO VINHO MADEIRA A PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE

ANTÓNIO JOSÉ MARQUES DA SILVA¹
NAIDEA NUNES NUNES²
ROSSANA ANDREIA NEVES DOS SANTOS³

Enquadramento da investigação

A preparação da candidatura das Tradições do Vinho Madeira, levada a cabo por António J. M. Silva, Naidea N. Nunes e Rossana N. Santos, é exclusivamente financiada pela Reitoria da Universidade da Madeira. Este trabalho enquadra-se no âmbito das atividades do Projeto UIDB/04470/2020, apoiado por fundos nacionais da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. No caso de António José Marques da Silva, também se enquadra no Contrato-Programa celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior através da Direção Geral do Ensino Superior, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o Governo Regional da Madeira, a Agência Regional de Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação, o Centro Internacional de Investigação do Atlântico-AIR Centre e a Universidade da Madeira. No caso de Naidea Nunes, enquadra-se ainda no projeto UIDB/00214/2020 da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Linguística. Em ambos os casos, enquadra-se concomitantemente no âmbito das atividades da Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional da Universidade de Évora.

1 Funchal, Madeira. Portugal.

2 Funchal, Madeira. Portugal.

3 Funchal, Madeira. Portugal.

Introdução

Desde 2024, um grupo de trabalho multidisciplinar da Universidade da Madeira tem vindo a preparar um pedido de inscrição das tradições do Vinho Madeira na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (Lista Representativa). O trabalho de campo, levado a cabo nos últimos meses, incluiu entrevistas a um vasto conjunto de mulheres e de homens que dão vida a esta herança enológica, entre os quais vários taneiros que zelam pelos cascos das adegas. Um deles, após ser informado do nosso propósito, não quis ser entrevistado. Questionado sobre a razão da sua recusa, respondeu que a nossa candidatura não fazia sentido porque o Vinho Madeira já era conhecido em todo o mundo, o que é certo, sendo de facto comercializado em mais de 60 países (em alguns desde longa data).

Após a sua descoberta, por volta de 1419, os primeiros colonos introduziram a *Vitis vinifera* na Madeira, e o vinho tornou-se gradualmente na sua principal moeda de troca comercial. Embora o turismo seja o motor da economia desde o século passado, o chamado Vinho Madeira continua a ser produzido até hoje. É elaborado exclusivamente com castas locais, maioritariamente Sercial, Boal, Verdelho, Malvasia e Tinta Negra, permitindo obter uma paleta completa de sabores do seco ao doce, e um teor alcoólico entre os 17°C e os 22°C. O processo de produção foi apurado ao longo de cerca de dois séculos e meio, resultando hoje numa bebida fortificada, aquecida naturalmente (sistema de canteiro) ou artificialmente (sistema de estufagem). A tendência a melhorar para além dos cem anos de idade confere uma temporalidade própria a cada garrafa. As mais antigas, que estão ainda por abrir, incorporam técnicas de vinificação e castas caídas no esquecimento desde longa data, tornando-as verdadeiras cápsulas do tempo (Albuquerque *et al.*, no prelo).

A dimensão imaterial das tradições em volta deste património agroalimentar não reside apenas no vasto saber-fazer que permite produzi-lo, mas também num “saber apreciar” e num “saber contar” muito antigos,

apurados por cada geração.⁴ O processo de transmissão é “complicado”, no sentido Latouriano (Latour, 1994, p. 593-595), na medida em que se faz desde o início ao longo de uma cadeia descontínua que combina escrita, oralidade e aprendizagem mimética, no quadro de interações, retroativas e assíncronas, entre esses três vetores de conhecimento, envolvendo viticultores, vinificadores, apreciadores, etc..⁵ O saber-fazer está nas mãos de um pequeno grupo de indivíduos fortemente ligado a um “nano terroir” com pouco mais de 400 hectares de extensão. Quanto ao “saber apreciar”, é partilhado por um vasto conjunto de aficionados e profissionais, dispersos por todos os continentes. O “saber contar” é, por sua vez, o que confere a todos os envolvidos o sentimento de estarem ligados, apesar do oceano que os separa. É fundamentalmente uma forma consensual e agregadora de explicar o Vinho Madeira, que situa a sua origem não em terra, mas no mar. A narrativa constrói-se em volta de um feliz acaso que levou à descoberta do efeito benéfico do aquecimento no vinho, após várias passagens de barco nos trópicos.

O calor, elemento humoral dos antigos, é assim elevado a princípio basilar do método de envelhecimento que singulariza o seu processo de produção. Serve de fio condutor entre o grau zero desta tradição, que é o lendário “vinho de roda”, e as técnicas de vinificação atuais. Esta narrativa criacionista, aperfeiçoada ao longo de várias gerações, confere a todas e a todos um sentimento de identidade e de continuidade. Um tópico assaz complexo fica assim explicado em poucas palavras, suscetíveis de serem entendidas por qualquer um. Elegendo o porão de um barco como berço, em vez do seu *terroir*, como é habitual, este “saber contar” soube abstrair-se da visão isolacionista da cultura herdada do nacionalismo (Silva, 2015, p. 139-140), sendo, pelo contrário, inclusivo. A sua originalidade reside no

4 Ao incluir nas tradições do Vinho Madeira todo o conjunto de manifestações que vão, de forma transversal, desde o processamento da matéria-prima até ao consumo do produto final, a candidatura respeita uma das condições que legitimam a inscrição de um património agroalimentar na Lista Representativa: “*Un segment isolé ne saurait être représentatif de l'ensemble du processus, qui est par ailleurs en constante transformation*” (UNESCO, 2009, ponto 3). Cf. Bortolotto, 2017, p. 152.

5 Anexo 1 do pedido de inscrição no Inventário Nacional do PCI, submetido pela Universidade da Madeira ao Ministério da Cultura da República Portuguesa, no dia 25/11/2024 (p. 134-135).

facto de assumir, sem complexos, o cariz cosmopolita das tradições que a Universidade da Madeira propõe elevar à Lista Representativa. Isto permite racionalizar pela mesma ocasião o facto de as técnicas de vitivinicultura terem evoluído constantemente desde o momento da sua “invenção”, há cerca de 250 anos.

Devido à sua fama e longa história, o Vinho Madeira dispensa de facto a sua apresentação seja onde for. É, ainda hoje, o produto que mais identifica o arquipélago que lhe dá o nome. Daí o tanoeiro, referido mais acima, não entender a necessidade de submeter um pedido de inscrição à UNESCO.⁶ Apenas aceitou ser entrevistado depois de lhe ser explicado o seguinte:

Sim, o Vinho Madeira é conhecido no mundo inteiro, mas ninguém sabe que, para continuar a se fazer, são necessárias pessoas como o senhor que saibam cuidar das pipas onde é envelhecido, e de viticultores que cultivem as uvas com que é feito o mosto. A candidatura não é para dar a conhecer o Vinho Madeira; tem razão, toda a gente já o conhece, mas é para perceberem que, sem vocês todos, deixaria de existir.

O propósito de narrar aqui esta pequena anedota prende-se com a suspeita que recai invariavelmente sobre as candidaturas relacionadas com tradições agroalimentares (Bortolotto, 2021, p. 860). Ao longo dos últimos anos, assistimos a nomeações como a do vinho kvevri da Geórgia em 2013 (Bortolotto, 2017, p. 157; Silva, 2018a), da pizza napolitana em 2017 (Bortolotto, 2017, p. 147-148; Deacon, 2018) ou, mais recentemente, da baguete francesa (Bortolotto & Ubertaini, 2018, p. 411). Há também candidaturas multinacionais, como aquela do stockfish (Inderhaug, 2020), que vêm a caminho. E, de facto, a inclusão em qualquer um dos inventários da UNESCO é, muitas vezes, encarada como uma espécie de galardão que beneficia a reputação dos produtos por de trás das tradições inscritas. Os promotores são frequentemente acusados de apenas quererem tirar di-

6 O acrónimo “UNESCO” designa a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

videndos económicos do reconhecimento desta organização onusiana (Matta, 2016, p. 341; Bortolotto, 2021, p. 857-858), quer seja diretamente ou indiretamente através do turismo (Pfeilstetter, 2015, p. 216-217).

Neste caso concreto, o Vinho Madeira sustenta uma indústria de pequena escala, sendo comercializado por apenas oito adegas. Algumas são bicentenárias (Silva, 2023a), estando todas sob a tutela do Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira (IVBAM), responsável pela sua certificação enquanto Denominação de Origem Controlada (Oliveira, 2018-2019, p. 23). Contudo, se é verdade que toda a fileira apoia desde a primeira hora esta iniciativa é a Universidade da Madeira que assegura integralmente o seu financiamento com fundos próprios.

A ideia surgiu na sequência de um projeto científico que um dos autores (AJMS) tem levado a cabo, em estreita colaboração com o enólogo Francisco Albuquerque, faz agora mais de três anos. O objetivo é perceber como era feito o Vinho Madeira no final do século XVIII, replicando o processo desde a vindima até ao momento do embarque. Embora centrada no saber-fazer, esta experiência deu a AJMS a oportunidade de conhecer pessoalmente um leque variado de agentes dessa fileira, desde viticultores, vinicultores e até mesmo apreciadores de outras partes do mundo.

A sensibilização para a riqueza e as peculiaridades das tradições em volta desta bebida, bem como para os desafios enfrentados atualmente, adveio da iniciação a este pequeno mundo pouco conhecido do grande público, inclusive pelos madeirenses. Foi a conjugação desse envolvimento afetivo com o conhecimento acumulado sobre candidaturas à Lista Representativa por via das investigações (Silva, 2016a; Silva, 2016b; Silva, 2018b; Silva, 2020; Silva, 2021; Silva, 2023b) e dos trabalhos de consultoria que desenvolveu nessa área, ao longo de mais de uma década, que o levou a amadurecer a ideia de propor a inscrição na Lista Representativa. Acabou por partilhá-la com Francisco Albuquerque que abraçou imediatamente este projeto, depois de perceber o seu intuito, o que explicaremos mais à frente. Por ser muito respeitado e influente nesse meio, a sua mediação foi essencial para convencer um vasto conjunto de entidades regionais e locais a darem o seu apoio à iniciativa, aceitando pela mesma ocasião que a Universidade da Madeira assumisse a sua coordenação.

Esta sinergia ocorreu naturalmente, na sequência de colaborações anteriores no quadro de investigações sobre o Vinho Madeira, desenvolvidas por investigadores desta academia ao longo das últimas décadas.

É sabido que este tipo de candidatura resulta muitas vezes na constituição de comunidades epistémicas pouco coesas, cada interveniente tendo a sua própria agenda e motivações variadas, incluindo as de foro comercial (Silva, 2018b). Importa, contudo, aqui referir que, mesmo no que toca aos parceiros da esfera económica, este projeto nunca foi visto com um meio de aumentar o volume de vendas. Todos os administradores e funcionários de adegas estão plenamente cientes que não será pela falta de procura que o Vinho Madeira virá um dia a desaparecer, como se percebeu no decurso das entrevistas. De facto, volvidos mais de 250 anos, esta bebida histórica, com a qual foi brindada a independência dos Estados Unidos da América (Vieira, 2015), continua a ter aficionados em todo o mundo. Também não se verificam, neste caso, os problemas de sobreprodução que assolam outras regiões vinhateiras presentemente. A médio prazo, a viabilidade deste setor de atividade na Região Autónoma da Madeira (RAM) não dependerá tanto da procura, mas da oferta.

A prática da viticultura está em franco declínio em todo o arquipélago, por vários motivos como iremos explicar mais à frente. A passagem de testemunho para a próxima geração está longe de estar garantida, se nada for feito para inverter a tendência nos próximos anos. Têm sido tomadas medidas para incentivar os produtores a se manterem em atividade, contudo falta um projeto estruturante e mobilizador capaz de unir todos aqueles que querem manter esta herança viva. Foi o que levou a Universidade da Madeira a encabeçar esta candidatura, uma vez que uma das suas principais missões é precisamente contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural da RAM. Porém, é também por partilhar os mesmos valores humanistas que originaram a fundação da UNESCO e que a Lista Representativa eoa, são eles: a tolerância, a empatia e a equitabilidade. Se não acreditasse neles (Silva, 2016b, p. 61-65), o Grupo de Trabalho também não estaria empenhado neste projeto.

Partindo do que os Estados Partes acordaram em 2003, iremos analisar as mudanças nas arenas do património, induzidas pela Convenção

do PCI. De seguida, iremos lembrar algumas especificidades das tradições do Vinho Madeira e os desafios da sua salvaguarda que foram tidos em conta na hora de delinear uma estratégia para a preparação do pedido de inscrição. Será, então, explicado como se tentou converter as orientações da UNESCO em ações concretas, fiéis aos objetivos societários que estão na origem da Lista Representativa, conciliando estes com a busca de soluções para garantir o futuro das tradições do Vinho Madeira. Finalmente, defenderemos que o principal retorno deste projeto não é a inscrição em si, mas a oportunidade de unir a comunidade patrimonial, que urge constituir para viabilizar este legado “glocal” na longa duração. Por isso, podemos concluir que, em última análise, patrimonializar não é tentar salvar o que resta do nosso passado, mas escolher o futuro que queremos trilhar.

O que se espera de uma candidatura

A criação da Lista Representativa é vista, por vezes, como o tributo dos antropólogos à UNESCO (Bortolotto, 2011, p. 22). Não apenas porque se destina a salvaguardar manifestações culturais objeto de recolhas etnográficas desde longa data,⁷ mas também porque reflete a influência do seu saber na forma de o fazer. A Convenção do PCI reproduz, no plano normativo, a mudança de perspetiva que, nas últimas décadas, levou os antropólogos a reconhecerem que os informadores têm um papel mais ativo do que se julgava anteriormente, na transmissão do que se chamava folclore (Hafstein, 2007, p. 77). Contrariamente aos pais fundadores da disciplina (Tylor, 1871, p. 15), rejeitam agora a ideia de que certos conhecimentos, costumes e crenças tendem a cristalizar-se (Berliner, 2010a, p. 13). De simples guardiões, são promovidos a “passadores de materiais culturais” passíveis de serem patrimonializados (Ciarcia, 2011, p. 12). Admite-se ainda que tenham a capacidade de fazer evoluir o que transmitem (Bortolotto, 2012, p. 140). A Convenção do PCI é o reflexo da revolução em

7 “(a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial; (b) artes do espectáculo; (c) práticas sociais, rituais e actos festivos; (d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; (e) técnicas artesanais tradicionais”. *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2003, art. 2 al. 2. É designada mais à frente como sendo a Convenção do PCI.

curso nas arenas da UNESCO, que fez destes atores, outrora deixados na sombra, os protagonistas do processo de transmissão (Tornatore, 2010, p. 118). Desde então, este novo paradigma despoletou uma reavaliação dos procedimentos e atos processuais desta organização onusiana, no que toca à cooperação cultural, apesar da resistência à mudança denunciada por alguns autores (Berliner, 2010b; Vassas, 2021, p. 4).

Concomitantemente, valoriza-se agora a “representatividade” das práticas sociais e culturais,⁸ ficando de fora das listas do PCI as heranças do passado que já deixaram de estar “vivas”. Esta nova categoria patrimonial define-se assim, antes de mais, pela sua transmissibilidade (Tornatore, 2010, p. 118), enfatizando-se a continuidade em detrimento da autenticidade, da excecionalidade e da universalidade, privilegiadas pelas listas do património mundial (Bortolotto, 2020, p. 323). Esta visão, eminentemente dinâmica das manifestações culturais, é difícil de conciliar com a *episteme* que inspirou os primeiros inventários nacionais (Silva, 2016a, p. 39-41). Tudo o que se referiu fez, por sua vez, com que a “comunidade” se tornasse na palavra de ordem, no que toca ao PCI (Debarbieux, 2020, p. 358). Ora, o seu papel atual cabia, até então, quase exclusivamente aos organismos competentes do Estado, sendo as suas ações concertadas no quadro das políticas culturais nacionais. A iniciativa deve agora partir dos detentores e praticantes⁹ e só eles decidem (pelo menos em teoria) se as tradições objeto do pedido de inscrição são importantes para a sua identidade coletiva, ou não (Tornatore, 2010, p. 118).

Fala-se, por esse motivo, em abordagens “*bottom up*” (Hertz, 2015, p. 26; Silva, 2018b, p. 583; Bortolotto *et al.*, 2020, p. 76). De facto, se cabe exclusivamente ao Estado Parte formalizar o pedido de inscrição junto da UNESCO, o processo deve idealmente ser assumido por entidades terceiras, oriundas da sociedade civil, que têm a obrigação de garantir a sua aprovação pelos detentores e praticantes, promovendo a “sua mais ampla participação possível” (Convenção do PCI, art.15). Em termos práticos,

8 <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial>.

9 A convenção do PCI (art. 2 al. 1) coloca ao mesmo nível as comunidades, os grupos ou os indivíduos sem, no entanto, explicitar cada um destes conceitos.

os promotores de uma candidatura devem conseguir provar que os interessados concordam com o pedido nos moldes em que ele é formulado. Para tal, o dossiê deve incluir o maior número possível de declarações que atestam o consentimento livre, prévio e esclarecido, emitidas por organizações públicas e privadas empenhadas em viabilizar o bem intangível que motivou o pedido de inscrição. Cada uma delas é livre de escolher um formato, mas são muitas vezes as chamadas cartas de consentimento que cumprem esse efeito (Bortolotto *et al.*, 2020, p. 71, 73).

A inscrição prévia no inventário nacional do Estado Parte é uma condição *sine qua non* para entrar na Lista Representativa (UNESCO, 2018, cap. I.2-R5). Contudo, a preparação do dossiê cabe também hoje, por norma, a organizações não governamentais, que se assumem como mandatárias da comunidade (Silva, 2018b, p. 583). Os detentores e praticantes são, na mesma, encorajados a participar ativamente no processo, tanto a montante, na preparação do dossiê, como a jusante, na execução do plano de salvaguarda. Essa missão, que cabia no passado quase exclusivamente ao Estado, deve assumir várias formas: identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão¹⁰ e revitalização. Hoje, tende-se a considerar que aqueles que se juntam para assumir essa missão formam o que a Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade define como sendo uma comunidade patrimonial.¹¹ Para perceber o que se segue, é relevante salientar que este tipo de coletivo é unido pela vontade de salvaguardar uma herança cultural que valoriza e tenciona partilhar (Mace; Joannette, 2019, p. 3).

Contrariamente às comunidades imaginadas, inspiradas no modelo do Estado Nação (Adell *et al.*, 2015, p. 7), não é necessário instrumentalizar o passado ou clamar a pertença exclusiva a um território político para se legitimar (Bortolotto, 2020, p. 332-333). A Convenção de Faro (art. 7 al. b) consagrou igualmente o princípio segundo o qual um mesmo bem cultural

10 A transmissão faz-se essencialmente através da educação formal e não formal.

11 *Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade*, Conselho da Europa, Faro, 27/10/2005, art. 2 al. b. Este ato normativo é referido mais à frente apenas como sendo a Convenção de Faro.

é passível de ser encarado de diferentes maneiras, mesmo contraditórias, quando partilhado por várias comunidades. Isto levou a que agora se valorize a necessidade de todo o processo ser inclusivo, abraçando as diversas formas de conceber a herança comum em pé de igualdade.¹² A questão coloca-se também nos pedidos de nomeação para a Lista Representativa. De facto, a Convenção do PCI elegeu como referencial a comunidade em detrimento da ancoragem territorial e os Estados Partes são encorajados a submeter candidaturas multinacionais, visando a inscrição de tradições que transcendem as fronteiras políticas (UNESCO, 2018, cap. I.5, nº 13).

Espera-se que as comunidades se comprometam, em retorno, a dar visibilidade e sensibilizar o público em geral para a importância do PCI. O pedido de inscrição é, em parte, avaliado em função das ações concretas tomadas nesse sentido. Valoriza-se também o facto de as práticas sociais e culturais objeto da candidatura fomentarem o diálogo entre povos (missão constitucional da UNESCO), mas também a criatividade humana e a diversidade cultural, o que se tornou uma das principais bandeiras da organização (Silva, 2016a, p. 51-76; Debarbieux, 2020, p. 356). Há também que ir ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis que orientam as políticas da Organização das Nações Unidas (Bortolotto & Skounti, 2024), nomeadamente: a segurança alimentar, a saúde pública, a igualdade de género, o desenvolvimento económico inclusivo, a sustentabilidade ambiental (incluindo a mudança climática), a paz e a coesão social (UNESCO, 2018, cap. VI). Os promotores de candidaturas são, assim, encorajados a recolher depoimentos acerca de todas estas questões (UNESCO, 2025, p. 3). Há, portanto, muito que ter em mente, quando se delinea a estratégia de preparação de um pedido de elevação de PCI à Lista Representativa.

Viabilizar é dar resposta a desafios

Devido à vocação vinícola do arquipélago, ao longo de vários séculos, são poucos os patrimónios tangíveis e intangíveis que não estejam

12 <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial>.

relacionados com o Vinho Madeira, tornando-o num elemento central da identidade coletiva dos ilhéus e da sua diáspora. Ao mesmo tempo, é o seu legado mais identificável no estrangeiro, sendo apreciado há séculos em países da Europa, América, África, Oceânia e Ásia, simultaneamente enquanto bebida e ingrediente culinário (Silva, 2023c). Trata-se de uma herança viva, transcultural e “glocal”, no sentido em que é difusa e transcende as fronteiras políticas (Jacobs, 2017, p. 70). Estamos, portanto, perante uma daquelas heranças que são partilhadas por várias comunidades, assumindo formas variadas em diferentes partes do mundo. Não se trata de um património universal, na medida em que se traduz em práticas sociais e culturais que ganham vida própria em cada comunidade que o perpetua. É, pelo contrário, eminentemente relativista e particularista, no sentido que se dá a estas palavras no jargão técnico da UNESCO (Bortolotto, 2020, p. 323).

Em última análise, as tradições do Vinho Madeira não se encaixam na conceção de bem cultural herdada do nacionalismo, que tende a objetivar as fronteiras políticas, excluindo aqueles que não vivem dentro do espaço físico que circunscrevem. Defendemos, anteriormente, que é por essa mesma razão que as comunidades da diáspora são, muitas vezes, deixadas fora das narrativas que legitimam as candidaturas à Lista Representativa (Silva, 2018b, p. 588-591). Ora, como o Vinho Madeira é destinado desde sempre a ser comercializado a longa distância, a continuidade do seu saber-fazer no local de produção depende diretamente do “saber apreciar” noutras partes do mundo. Contudo, à luz da Convenção do PCI (art. 16, al. 1), o pedido de inscrição na Lista Representativa deve ser obrigatoriamente submetido à UNESCO não por uma das comunidades interessadas, mas por um Estado Parte. Neste caso é Portugal, por ser o país ao qual pertence a região ultraperiférica (a meio do Atlântico) onde esse vinho é produzido, mesmo se a RAM goza de uma autonomia política consagrada pela Constituição desde 1976.

Existe, portanto, um desfasamento de escala entre a constelação muito difusa de práticas patrimoniais em análise e as das ações concretas que visam a sua inscrição à luz deste ato normativo, que ancora por vezes artificialmente o PCI ao território de um Estado Parte em detrimen-

to de outros (Ubertazzi, 2015, p. 117). Dependendo apenas de fontes de financiamento próprias, a Universidade da Madeira descartou, à partida, a possibilidade de preparar uma candidatura multinacional, por ser mais complexa e difícil de gerir (Bortolotto, 2020, p. 331). A porta fica, no entanto, aberta para que outros países, onde existem comunidades que se identificam com as tradições do Vinho Madeira, possam se associar mais tarde à sua inscrição na Lista Representativa, à semelhança do que aconteceu com a candidatura da Dieta Mediterrânica em 2013 (Silva, 2016b, p. 47). Neste caso concreto, devido à sua dispersão, os detentores e praticantes desconhecem muitas vezes a existência uns dos outros, não tendo ainda o sentimento de pertencerem a uma mesma comunidade patrimonial. Não deixam, porém, de valorizar e, nalguns casos, tomarem medidas concretas em prol da salvaguarda das tradições do Vinho Madeira, há muito tempo, como já foi dito mais atrás.

Assim, devido ao facto de a cadeia da transmissão ser comprida, heterogénea e difusa, são ainda poucos os detentores do “saber apreciar” que têm consciência da ameaça que pesa, a montante, sobre este legado comum. Ora, o que se espera de uma candidatura à Lista Representativa é precisamente que leve os interessados a unirem esforços para que possam agir de forma concertada em prol da sua viabilidade, como foi explicado mais acima. Presentemente, o principal desafio é a fraca atratividade da agricultura entre as novas gerações de ilhéus, que estão cada vez mais a deixar os vinhedos herdados dos seus pais cair no abandono, como nos foi dito por muitos dos entrevistados. No entanto, por força de lei,¹³ as casas exportadoras dependem totalmente da matéria-prima local (Oliveira, 2018-2019, p. 23). A pressão demográfica foi sempre muito mais acentuada na costa Sul da Madeira, sendo lá que vive a maior parte dos seus habitantes desde longa data, com grande concentração populacional na cidade do Funchal. Esta é a capital desde os primórdios do povoamento e era, até ao século passado, o principal porto da RAM. A orla meridional é também hoje a mais procurada pelos turistas, sendo talvez essa a maior ameaça para a viticultura e, em última análise, para o modo de

13 Portaria Regional n.º 38 e n.º 39/2015.

existência rural em geral. Ano após ano, parcelas que lhe eram dedicadas anteriormente são ocupadas por complexos residenciais de luxo e empreendimentos hoteleiros, tanto no Porto Santo como na ilha da Madeira.

Numa superfície total de 741 km², apenas restavam cerca de 400 hectares ocupados pela *Vitis vinifera* em 2017 (Albuquerque *et al.*, no prelo). Isto faz com que este arquipélago seja uma das mais pequenas regiões vinhateiras de Portugal, o que é surpreendente se considerarmos a fama que goza em todo o mundo desde longa data. A extensão atual é apenas um quinto dos 2000 hectares assinalados nos anos 1960 por Eduardo Clemente Pereira (1989, p. 576). Em poucas décadas, a plantação de bacelos deu lugar à plantação de prédios. Este processo, hoje irreversível, é favorecido pelo consentimento tácito do poder local que depende dos investimentos do setor imobiliário para garantir a sustentabilidade económica das autarquias, como o admite sem pudor Leonel da Silva, Presidente do Município de Câmara de Lobos, com uma das maiores produções de uvas de toda a Madeira. A seu ver, o princípio de coesão territorial, tantas vezes invocado pelas regiões autónomas para denunciar assimetrias em relação à metrópole, também deveria ser aplicado à escala deste espaço insular. Lamenta o facto de o desenvolvimento desenfreado do turismo, que é a causa principal da inflação do valor dos terrenos, beneficiar menos os concelhos predominantemente rurais, apesar de lhes ser imputado o ónus de manter as paisagens vinícolas, que tornam o destino muito atrativo.¹⁴

O Norte da ilha, que é o maior solar do Vinho Madeira, continua a ser simultaneamente a área com a mais baixa densidade populacional e a menos procurada pelos turistas. Não significa, porém, que a vitivinicultura esteja livre de perigo nessas bandas. Tanto a Sul como a Norte, as novas gerações já não se reveem no estilo de vida rural dos seus antepassados. Os próprios pais encorajam os filhos a estudarem “para não acabarem como eles”. O estigma em relação ao trabalho agrícola é antigo e bastante enraizado na cultura regional, sendo alimentado pelo estereótipo persistente de “vilão” acanhado, ignorante e rude. Como observa o arquiteto Vitor Mestre:

14 Comunicação no Encontro “Vitivinicultura e Tradições do Vinho Madeira”, Centro Cívico de Câmara de Lobos, 14/12/2024.

Ainda continuamos a olhar para o agricultor como o vilão, aquela imagem do homem que usa o barrete, o gajo tacanho, que fala mal, que é pequenino e redondinho e não sai da sua terra. Esta é uma visão completamente arcaica e injusta do madeirense (Oliveira, 2018/2019, p. 8).

Mesmo aqueles que deixaram o seu “poio”, para procurar uma vida melhor “na Cidade”, não conseguem ainda hoje se libertar deste estigma (Nunes, 2021), apesar de muitos cidadãos acreditarem que pertence a um passado revoluto, como nos disse uma funcionária de uma organização que apoia a candidatura. Esta visão negativa da ruralidade torna difícil criar vocações entre os jovens, hoje com elevados níveis de formação, que irão herdar um dia as latadas que os seus antepassados deixaram ao seu cuidado. À desvalorização social da ligação à terra soma-se a pequenez dos poios e o seu difícil acesso que impede a mecanização, tornando as tarefas rotineiras muito mais árduas. Tudo se conjuga para que, no prazo de apenas uma geração, o fenómeno de abandono ganhe proporções cada vez maiores, pondo mesmo em risco a continuidade da produção do Vinho Madeira, como admite abertamente Pedro Lima, responsável pelo Departamento de Viticultura de uma das casas exportadoras. Apesar de estar à vista de todos, a iminência do colapso tem sido menosprezada, mesmo por aqueles que tomam diariamente o pulso no terreno. Juan Teixeira, administrador de uma das maiores empresas do setor, confessou-nos uma vez: “É um problema que não vi chegar. Nunca pensei ter de enfrentá-lo no meu tempo de vida”.

Outro desafio prende-se com o desfasamento entre a oferta e a procura das diferentes variedades de uvas. A Tinta Negra, por ser mais prolífera e mais resistente às pragas e doenças, é a preferida dos agricultores, ocupando hoje 53% da área total de cultivo que lhe é dedicado. Contudo, o “saber apreciar” atual valoriza mais as castas brancas. Por serem mais frágeis, representam um maior risco para o agricultor, apesar de o seu preço de venda ser mais elevado. A Tinta Negra serve, assim, muitas vezes para os vinhos estufados, menos valorizados, ou é vendida a granel para fins culinários. Isto faz com que a produção de castas brancas, como a

Sercial, a Verdelho, a Boal e a Malvasia, seja insuficiente e a de Tinta Negra sem escoamento suficiente a médio prazo, se o “saber apreciar” não mudar. A reconversão é muitas vezes apontada como sendo a solução para o problema. Contudo, como explicava de forma contundente Lino Pinto, viticultor do Estreito de Câmara de Lobos, “a vinha não pode ser uma cultura de modas. Não se pode plantar hoje, para cortar amanhã. A vinha não é uma alface, tem um ciclo longo que exige tempo e trabalho. É preciso projetar a cultura a longo prazo”.¹⁵

Nas últimas décadas, foram vários os fatores que contribuíram para o recuo da cultura da *Vitis vinifera* nos patamares altimétricos mais elevados, atingindo hoje a cota dos 800 metros, em certas zonas da Madeira. É, em última análise, da continuidade desta atividade que depende a preservação da paisagem regional no seu todo. A dizimação dos vinhedos, que se tem vindo a acelerar, põe em perigo a sustentabilidade dos solos, favorecendo a sua erosão e a progressão de espécies invasoras, muito mais inflamáveis do que a floresta endémica que ocupava estes espaços antes da sua antropização. A continuidade desta atividade é particularmente importante nas zonas mais altas, contribuindo para diminuir os riscos de propagação de incêndios. Há ainda que considerar o valor paisagístico das parcelas dedicadas a esta atividade, no seu todo. Mesmo que o setor vitivinícola seja hoje pouco significativo para o Produto Interno Bruto da RAM, quando comparado com o setor do turismo, não deixa por isso de ser uma atividade estruturante e crucial para a atratividade do destino.

Depreende-se do que ficou expresso acima que o Vinho Madeira tem um papel importante no cumprimento de muitos objetivos de desenvolvimento sustentável, que a inscrição na Lista Representativa deve ajudar a alcançar. A produção de uvas é também vital para a continuidade do estilo de vida dos agricultores, do qual depende todo o universo de tradições que substanciam a identidade regional. A viticultura, por sua vez, é indissociável das tradições do Vinho Madeira para sobreviver e para manter o seu bom nome lá fora. É precisamente a sua forte componente imaterial e o seu longo passado de consumo noutras partes do mundo que torna a

15 Comunicação oral no Encontro “Viticultura e tradições do Vinho Madeira”, Centro Cívico de Câmara de Lobos, 14/12/2024.

indústria de pequena escala, que lhe dá vida, resiliente num contexto de mudança global desfavorável. Apesar disso tudo, o teor das entrevistas, levadas a cabo ao longo dos últimos meses, evidencia a baixa autoestima e o sentimento partilhado, por muitos produtores, de uma falta de visibilidade, resultando numa fraca valorização social do seu trabalho. O envelhecimento do setor é cada vez mais notório e o abandono das terras uma realidade transversal a todas as áreas vinhateiras, como tivemos oportunidade de comprovar ao acompanhar os agricultores na vindima de 2024, para lhes fazer entrevistas.

Dito isto, as ameaças que pesam hoje sobre as tradições do Vinho Madeira não são propriamente novas, como já foi dito mais atrás. Na verdade, há décadas que as empresas exportadoras e o Governo Regional têm tentado encontrar soluções sem, contudo, conseguir travar o fenómeno do abandono ou convencer os agricultores a proceder à reconversão das suas parcelas. As casas de Vinho Madeira também têm tentado valorizar a casta Tinta Negra, usando-a para fazer vinhos de cinco anos ou mais, com maior valor acrescentado. Ao mesmo tempo, procuram adquirir terrenos adjacentes, aumentando as áreas exploradas, o que as torna mais rentáveis. Idealmente, o objetivo seria compensar as uvas em falta dos agricultores que desistem da viticultura com a produção própria. Porém, o grande fracionamento do emparcelamento e o facto de muitos dos donos estarem emigrados têm travado esta estratégia, por ser impossível concretizar a transferência de propriedade a larga escala. Qualquer tentativa envolve sempre um grande número de intervenientes, na maior parte dos casos estando ausentes, sendo mesmo com frequência impossível localizá-los, segundo testemunho do enólogo Francisco Albuquerque.

As adegas recorrem também, por vezes, ao arrendamento, tomando conta diretamente de vinhedos, considerados estratégicos, que estejam em risco. Por sua vez, o IVBAM subvenciona o preço pago pelas uvas aos produtores, havendo também apoios para os encorajar a cultivar castas brancas, ditas “nobres”, em vez da Tinta Negra. Contudo, como dizia Chris Blandy, que administra a mais antiga adega, numa entrevista em 2018:

A agricultura não vive nem consegue ser sustentável através de

doações de dinheiro. Os subsídios são importantes, especialmente num contexto de microcultura, mas tem de haver um apoio mais estrutural a longo prazo, o que o Estado não está a fazer, e se está não há resultados visíveis. Porém, sente-se a necessidade de um projeto estruturante de modo a salvar esta região (Oliveira, 2018/2019, p. 31).

Talvez devamos ir mais longe do que Chris Blandy na sua análise. Será preciso primeiro procurar novas formas de resposta aos desafios com que se vê confrontado este setor. Pagar as uvas a um preço mais justo ajuda, mas, só por si, não cria vocações que possam levar as novas gerações a dedicarem-se à viticultura. De facto, o que está em jogo não é apenas o retorno económico, mas também a valorização social do seu esforço. Há também que dar a conhecer os problemas e os desafios que enfrenta atualmente a viticultura no outro extremo da cadeia, nomeadamente a quem conhece apenas o Vinho Madeira enquanto conteúdo de uma garrafa.

Em busca de uma estratégia apropriada

Qualquer que sejam as especificidades das práticas intangíveis a inscrever, todas as candidaturas são invariavelmente confrontadas com a mesma dificuldade: conciliar as suas motivações intrínsecas com os objetivos sociais da Lista Representativa, bem como com os atos e procedimentos burocráticos que são supostos permitir cumpri-los. Do que foi dito anteriormente, percebe-se que a motivação principal, neste caso em particular, é tentar dar resposta aos desafios que pesam sobre o futuro das tradições do Vinho Madeira. Já foi dito que a continuidade da viticultura é, a montante, a ameaça mais premente e, a jusante, falta aproximar o saber-fazer e o “saber apreciar”. Este projeto foi, por isso, entendido, desde o início, pela Universidade da Madeira e pelos seus parceiros não como um fim em si, mas um meio para criar uma comunidade patrimonial capaz de agir em prol da continuidade das práticas vitícolas que lhe servem de alicerce.

Compreende-se que, neste contexto, o papel da comunidade na can-

didatura, bem como na definição e posterior aplicação de um plano de salvaguarda, não é apenas um item numa lista de requisitos a cumprir. Esta iniciativa é, antes de mais, uma oportunidade de reforçar os laços entre os elos da cadeia que asseguram a transmissão das tradições do Vinho Madeira. Como foi dito mais atrás, para além da participação dos detentores e dos praticantes, espera-se que um pedido de inscrição cumpra os restantes itens do “caderno de encargos” que motivou a criação da Lista Representativa e que produza os indicadores formais exigidos para demonstrar que foram todos cumpridos. Iremos, de seguida, elencar as ações concretas levadas a cabo pelo Grupo de Trabalho, para ir ao encontro do esperado neste tipo de iniciativas.

O processo de preparação (em curso)

Sendo um dos requisitos para a elevação à Lista Representativa, o Grupo de Trabalho começou por preparar um pedido de inscrição das tradições do Vinho Madeira no Inventário Nacional do PCI, seguindo as normas e os protocolos consagrados na legislação portuguesa em vigor.¹⁶ A preparação do dossiê técnico teve por base o levantamento e a análise do vasto manancial de dados disponíveis sobre a manifestação cultural em análise, recolhidos por investigadores de diferentes áreas do saber, desde o início do século passado. O trabalho de campo incluiu também a recolha de 72 entrevistas áudio de indivíduos de toda a fileira do Vinho Madeira, entre os quais 24 são viticultores, o que ocorreu entre junho e setembro de 2024.

Começámos sempre por explicar a todos os que aceitaram falar conosco que a entrevista iria servir para preparar uma candidatura à Lista Representativa, bem como as motivações desta iniciativa. Optou-se por um modelo de entrevista semiestruturada, o roteiro incluindo sempre perguntas relacionadas com a relação entre as tradições do Vinho Madeira e os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como com os que são específicos da Lista Representativa (as questões variando em

16 Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto; Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril.

função do perfil do interlocutor). Tentou-se cumprir desta forma a necessidade de reunir depoimentos para serem submetidos como anexo ao pedido de inscrição na Lista Representativa. No final, perguntou-se a cada entrevistado se dava o seu consentimento para levar a cabo a candidatura e porquê. Aproveitou-se ainda o contacto com os viticultores para sensibilizá-los para a necessidade de estarem representados por um coletivo, nomeadamente uma associação socioprofissional que lhes permitiria tomar parte de forma ativa nas decisões que dizem respeito ao seu futuro, sendo um passo muito importante para assegurar a sobrevivência da sua atividade.

A elaboração do dossiê para a inscrição no inventário nacional do PCI privilegiou igualmente, sempre que possível, a participação ativa da comunidade de acordo com as recomendações da UNESCO (Bortolotto *et al.*, 2020, p. 70). Assim, foi solicitado a cada uma das oito adegas autorizadas a produzir Vinho Madeira que seleccionassem e cedessem material fotográfico e audiovisual dos seus acervos empresariais. Foi possível reunir, desta forma, 278 fotografias e 5 vídeos que documentam todo o processo da latada até à linha de engarrafamento. Uma dessas empresas forneceu ainda cópias de vários documentos inéditos até hoje, conservados no seu arquivo morto, que documentam factos relevantes para a história das manifestações imateriais em análise. Uma das ações mais importantes levadas a cabo, no quadro da preparação da candidatura, consistiu na sua apresentação junto de um leque muito variado de entidades, desde organismos do Governo Regional, Câmaras Municipais, empresas do setor, organizações culturais e recreativas sem fins lucrativos, etc.:

- 18/04/2024 – reunião com o Presidente da Região Autónoma da Madeira.
- 12/06/2024 – reunião com o Presidente da Mesa da Secção dos Vinhos da ACIF-CCIM.
- 19/06/2024 – reunião com a Assembleia da Mesa da Secção dos Vinhos da ACIF.
- 25/06/2024 – reunião com o Presidente da Confraria Enogastronómica da Madeira.

- 26/06/2024 – reunião com o Administrador e o *staff* da Henriques & Henriques.
- 27/06/2024 – reunião com o Administrador e o *staff* da Madeira Wine Company.
- 03/07/2024 – reunião com a Administradora e o *staff* da H. M. Borges.
- 03/07/2024 – reunião com o Administrador e o *staff* da J. Faria & Filhos.
- 04/07/2024 – reunião com o Administrador e o *staff* da Justino’s Madeira.
- 04/07/2024 – reunião com o Administrador e o *staff* dos Vinhos Barbeito.
- 11/07/2024 – reunião com a Administradora e o *staff* da Madeira Vintners.
- 15/07/2024 – reunião por videoconferência com a Vereadora da Educação e da Juventude da C. M. do Porto Santo.
- 17/07/2024 – reunião com a Vice-Presidente da C. M. da Calheta.
- 18/07/2024 – reunião com o Presidente da C. M. de Câmara de Lobos.
- 18/07/2024 – reunião com a Vice-Presidente da C. M. de Santa Cruz.
- 22/07/2024 – reunião com o Diretor Regional das Comunidades e da Cooperação Externa.
- 22/07/2024 – reunião com o Administrador e o *staff* da D’Oliveiras.
- 22/07/2024 – reunião com o Enólogo da Justino’s Madeira.
- 22/08/2024 – reunião com a Administradora da Quinta das Vinhas.
- 26/08/2024 – reunião com o Presidente da CDISA; reunião com o administrador dos Ferreira’s.
- 28/08/2024 – reunião com o Diretor Regional da Cultura.
- 30/08/2024 – reunião com o Diretor do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira (IVBAM).
- 02/09/2024 – reunião com o Proprietário da Quinta de Santa Luzia.
- 09/09/2024 – reunião com o Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura.
- 09/09/2024 – reunião com o CEO da Saraiva Inc. de New Bedford (E.U.A.) por videoconferência.

- 30/09/2024 – reunião com o Vice-Presidente da C. M. da Ponta do Sol.
- 02/10/2024 – reunião com o Vice-Presidente da C. M. da Ribeira Brava.
- 08/10/2024 – reunião com o Diretor do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos.
- 08/10/2024 – reunião com o Vice-Presidente da C. M. de Machico.
- 21/10/2024 – reunião com o Presidente da Câmara Venezuelana Portuguesa de Comércio, Indústria, Turismo e Afins.
- 29/11/2024 – reunião com o Presidente da Associação Serras da Ilha.

Desde o início, houve também o cuidado de dar a conhecer a candidatura à comunicação social, mantendo a par a imprensa nacional (Agência Lusa, Expresso) e regional (RTP Madeira, ANTENA 3 Madeira e outros media) dos seus progressos. Também marcámos presença em eventos públicos, como a EXPO MADEIRA (Estádio dos Barreiros, 13/07/2024), facultando informações sobre a candidatura aos visitantes dessa feira, no *stand* da Universidade da Madeira. O envolvimento da comunidade não se ficou, porém, por aqui. Os alunos do 2.º ano das licenciaturas de Direção e Gestão Hoteleira (ESTG; orientação: AJMS) e de Estudos de Cultura (DLLC da FAH; orientação: NNN) uniram-se para organizar ações de sensibilização, visando apresentar o projeto e os seus objetivos junto de instituições de proximidade (num total de 24 até 20/01/2025), incluindo centros de dia, escolas secundárias, universidades sénior, associações com fins culturais e recreativas, Casas do Povo, Juntas de Freguesias, etc. Foram elas:

- 28/10/2024 – Associação de Desenvolvimento Comunitário – Garouta do Calhau (Funchal).
- 04/11/2024 – Universidade Sénior (Ribeira Brava).
- 04/11/2024 – Escola Profissional Cristóvão Colombo (Funchal).
- 05/11/2024 – Centro de Dia de São Roque (Funchal).
- 07/11/2024 – Conselho de Cultura da UMa (Funchal).
- 08/11/2024 – Junta de Freguesia de São Gonçalo (Funchal).

- 11/11/2024 – Lar Jardim do Sol do Caniço (Santa Cruz).
- 13/11/2024 – Centro de Convívio Professor Virgílio Pereira (Funchal).
- 13/11/2024 – Faculdade de Artes e Humanidades da UMa (Funchal).
- 14/11/2024 – Junta de Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos (Câmara de Lobos).
- 18/11/2024 – Casa do Povo de Câmara de Lobos (Câmara de Lobos).
- 18/11/2024 – Junta de Freguesia da Sé (Funchal).
- 18/11/2024 – Universidade Sénior do Imaculado Coração de Maria (Funchal).
- 18/11/2024 – Junta de Freguesia de Santa Maria Maior (Funchal).
- 26/11/2024 – Associação Grupo de Folclore da Calheta (Calheta).
- 27/11/2024 – Esboço Subtil Lda (Funchal).
- 29/11/2024 – Escola Secundária Francisco Franco (Funchal).
- 04/12/2024 – Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos (Câmara de Lobos).
- 04/12/2024 – Escola Superior de Tecnologias e Gestão (Funchal).
- 09/12/2024 – Centro Sénior das Cruzes (Funchal).
- 10/12/2024 – Casa do Povo da Camacha (Santa Cruz).
- 12/12/2024 – Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (Funchal).
- 17/12/2024 – Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da UMa (Funchal).

Até agora, esta tarefa permitiu mobilizar um total de 75 jovens, entre os quais 19 de várias nacionalidades, em regime de mobilidade no quadro do programa ERASMUS, neste caso fazendo a tradução das entrevistas transcritas para inglês, tornando-se assim os primeiros embaixadores da candidatura. O envolvimento de estudantes sob a orientação de professores é uma prática que já deu as suas provas noutros países, como por exemplo na Grécia (Bortolotto *et al.*, 2020, p. 76). Em cada uma dessas sessões de esclarecimento, os nossos alunos perguntaram à audiência por que razões a entidade de acolhimento deveria dar o seu consentimento a

esta iniciativa. As ideias que advieram dessa partilha de conhecimento foram depois transmitidas à Direção dessas entidades, sendo-lhes solicitada uma carta de consentimento, com vista à formalização do pedido de inscrição na Lista Representativa do PCI. Todas estas iniciativas proporcionaram, por sua vez, a oportunidade de explicar pessoalmente e localmente em que consiste o PCI e a Lista Representativa. A apresentação multimédia facultada aos estudantes também incluiu sempre informação acerca dessa temática.

Quer sejam os nossos embaixadores ou o próprio Grupo de Trabalho a efetuar ações de sensibilização, houve sempre o cuidado de esclarecer, em primeira mão, a diferença entre as listas do PCI e as do património mundial cultural e natural. Os madeirenses confundem-nas frequentemente, devido à malsucedida candidatura das levadas da Madeira submetida recentemente à UNESCO (2024), realizada pela Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente, juntamente com outros organismos, incluindo a Direção Regional da Cultura. A vontade de integrar a diáspora e outras comunidades detentoras do “saber apreciar”, espalhadas pelo mundo, levou a contactar organizações públicas e privadas suscetíveis de alavancar a candidatura fora da RAM. A rede da Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa foi crucial nesta fase do processo. Com o intuito de chegar ao maior número de pessoas, foi criado um portal de internet bilingue (PT/ EN): <https://vinhomadeira.web.uma.pt/>. O objetivo é apresentar as tradições do Vinho Madeira de um modo acessível a todos, as medidas tomadas até agora para a sua salvaguarda, bem como o teor da candidatura, os seus objetivos e a forma como está a ser preparada. Inclui também informação direcionada especificamente para quem deseja envolver-se de forma ativa neste projeto. É, assim, possível subscrever a Carta de salvaguarda (de que iremos falar mais à frente), submeter cartas de consentimento ou tornar-se embaixador das tradições do Vinho Madeira. Tudo isso pode ser feito em linha, sendo facultadas, em cada um dos casos, instruções muito concretas para o fazer, bem como um KIT de apoio.

O emergir de uma comunidade patrimonial

Como já foi dito mais atrás, a candidatura das tradições do Vinho Madeira é uma oportunidade única de chamar a atenção para a importância dos viticultores. O papel decisivo deste grupo para o futuro desta herança “glocal” foi uma das ideias-chaves focadas durante o lançamento oficial da candidatura, que teve lugar na Universidade da Madeira, no dia 11 de setembro de 2024, na ocasião da celebração anual da Festa do Vinho. O auditório encheu totalmente, o que mostra bem o carinho que os madeirenses nutrem pelo Vinho Madeira. A ampla cobertura deste evento, pela comunicação social regional, nacional e internacional deu, por sua vez, a possibilidade de ampliar o alcance desta iniciativa. A discussão pública da Carta para a salvaguarda das tradições do Vinho Madeira, anunciada nesse dia, ficou agendada para o dia 14 de dezembro de 2024. Teve lugar no final do encontro “Viticultura e tradições do Vinho Madeira”, que se queria interdisciplinar, intersectorial e aberto a todas as partes interessadas, a começar pelos produtores de uvas. Foi o motivo que levou o Grupo de Trabalho a marcar este evento, organizado em parceria com a autarquia de Câmara de Lobos, no Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos, freguesia autointitulada “Terra do Vinho”.

Optou-se por um formato híbrido, com recurso a ferramentas de videoconferência, facilitando a participação não só da comunidade Portosan-tense (da ilha do Porto Santo), mas também dos emigrantes madeirenses, de importadores e de apreciadores de outras nacionalidades que vivem fora da RAM. Pudemos, assim, contar com a participação em linha de Steven Duarte, *chairman* do Museum of Madeiran Heritage, em representação do Club Madeirense S. S. Sacramento de New Bedford (Massachusetts, Estados Unidos da América). Esta associação importa 30 pipas de Vinho Madeira todos os anos, o que violaria a interdição de vendê-lo dessa forma, se não fosse a autorização especial concedida pelo Presidente do IVBAM. Os cascos destinam-se à festa do Blessed Sacrament, um evento que reúne anualmente entre 150.000 e 250.000 pessoas, sendo a maior mostra da cultura regional no mundo inteiro. A origem desta celebração remonta a 1915, quando quatro emigrantes decidiram recriar os arraiais

religiosos da sua ilha natal para celebrar a chegada aos Estados Unidos da América. O Grupo de Trabalho soube da existência desta tradição, conhecida por poucos madeirenses, ao fazer entrevistas na adega que fornece anualmente as pipas para a referida festa.

O encontro contou também com a participação por videoconferência de Roy Hersh, um jornalista americano apaixonado pelo Vinho Madeira desde longa data. É hoje o seu maior embaixador, dando a conhecê-lo a um vasto público através dos seus escritos, organizando provas para colecionadores de garrafas centenárias e trazendo grupos à RAM, para visitarem as adegas que o produzem. Todos aqueles, como Steven Duarte e Roy Hersh, que ajudam a manter o “saber apreciar” vivo fazem legitimamente parte da Comunidade Patrimonial do Vinho Madeira, definida no documento apresentado no final do encontro, sendo o conjunto de pessoas que se mobilizam em prol da viabilidade das suas tradições. O dia 14 de dezembro de 2024 foi, nesse sentido, um dia histórico, porque, pela primeira vez, todos os elos da cadeia – da latada até ao copo – estiveram representados num encontro para discutir os princípios que irão nortear o plano de salvaguarda que falta agora traçar, contando com a participação de todos.

A Carta, ou “Charter” como se designa nas arenas da UNESCO, é um elemento central da candidatura, mas é também muito mais do que isso. Trata-se de uma espécie de declaração de princípios, que faz figura de ato constitucional, afirmando o empenho de todos os interessados em viabilizar um património ao qual atribuem um elevado valor, indo ao encontro do que a Convenção de Faro define como sendo uma comunidade patrimonial (Zagato, 2015, p. 160). Os signatários comprometem-se, em primeiro lugar, a respeitar o “espírito” da Convenção do PCI (Bortolotto, 2020, p. 323). A necessidade de apoiar os viticultores, enquanto elo mais fraco das tradições do Vinho Madeira, é outro ponto chave dessa Carta. Uma primeira versão deste documento tinha sido facultada, com bastante antecedência a todas as entidades referidas acima, nomeadamente aos organismos competentes do Governo Regional e a todas as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Casas do Povo e outras organizações culturais e recreativas da RAM sem fins lucrativos.

Foi também enviada a um vasto leque de organizações que representam a diáspora madeirense, bem como a importadores e apreciadores de diferentes nacionalidades. Todos tiveram, assim, a oportunidade de analisar o seu conteúdo, solicitar esclarecimentos, sugerir alterações ou mesmo adendas, contempladas no documento final. Desta forma, julgamos ter ido ao encontro da necessidade de garantir o consentimento prévio, livre e informado da comunidade. No dia 14 de dezembro de 2024, foi possível apresentar a versão definitiva da Carta, tendo sido ratificada de imediato pelos presentes, quer seja fisicamente ou virtualmente. Quem não pôde participar neste evento continua a ter a possibilidade de consultar a Carta e, caso aprove o seu teor, subscrevê-la através do Portal Web da candidatura: <https://vinhomadeira.web.uma.pt/>. Trata-se de mais uma ferramenta que visa abrir o coletivo transnacional, acabado de criar, a todos aqueles que se queiram juntar a ele, independentemente do país onde vivem ou da comunidade a que pertencem.

O efeito borboleta

O caso de estudo da candidatura das tradições do Vinho Madeira demonstra que viajar é, por si só, mais importante do que chegar ao destino. As diversas formas de interações com os detentores e praticantes deste legado vivo, ao longo de vários meses, poderão ser vistas apenas como preliminares do processo, fortemente burocratizado, que visa preparar a sua elevação à Lista Representativa. Uma mera formalidade, para cumprir os indicadores passíveis de permitir a aprovação do pedido de inscrição. Mas, em última análise, o reconhecimento da UNESCO é um meio, e não um fim em si, para unir esta comunidade patrimonial que acaba apenas de tomar consciência da sua existência enquanto coletivo transnacional. É sabido que o bater de asas de uma simples borboleta pode provocar um tufão do outro lado do mundo. Pela mesma ordem de ideias, neste caso concreto, todo um universo de práticas sociais e culturais de um coletivo disperso em diferentes áreas do planeta depende de uma pequena coorte de agricultores que teimam em produzir uvas num “nano” *terroir*, ele próprio confinado num espaço insular de um tamanho, já por si, muito limitado.

Por sua vez, a continuidade da viticultura depende do empenho de todos os ilhéus em manter o frágil equilíbrio no minúsculo território de que dependem para viver, resistindo à tentação de “betonizar” os vinhedos a troco de um retorno imediato. Depende também de todos os detentores do “saber apreciar”, espalhados à volta do mundo, manter esta herança “glocal” e transcultural viva. Não se trata, aqui, de nostalgia pelo tempo em que a riqueza da Madeira era o seu vinho, mas sim de decidir que futuro queremos para os “jardins suspensos do Atlântico” (Branco, 1991) que foram, outrora, o laboratório da globalização (Vieira, 2017). Porque patrimonializar não é preservar, mas sim provocar a mudança (Hafstein, 2007, p. 75). Trata-se de mudar o destino de quem vive neste território insular, mas não só.

Os “súbditos de Dionísio” (Branco, 1991) têm hoje a oportunidade de ensinar, uma vez mais, algo de novo ao resto do mundo. Não apenas sobre como nos devemos relacionar com o nosso habitat, mas também com o Outro. Numa época em que os movimentos políticos que se alimentam da xenofobia voltaram em força a todas as partes do mundo, incluindo os países onde vivemos, poderá parecer suspeito enaltecer a ruralidade. Desde o tempo dos primeiros nacionalistas, as tradições agrárias servem para legitimar a existência de coletivos que excluem os que “deixaram a terra”, bem como aqueles que nunca lhe pertenceram. Uma comunidade unida por um “saber contar” que procura no mar as suas raízes é nesse sentido inspirador, porque, ao contrário das costas que banha, pertence a todos e a ninguém ao mesmo tempo. Fomentar identidades fluídas, fundadas em narrativas que unem o que é distante, em vez de excluir o que é descontínuo, poderá nos ajudar a conjurar os demónios que nos atormentam enquanto sociedade, desde o advento da Modernidade. Nesse sentido, patrimonializar não é propriamente prestar homenagem ao passado, como pode parecer à primeira vista, mas escolher como queremos trilhar coletivamente o nosso futuro.

Referências

ADELL, N., BENDIX, R. F., BORTOLOTTI, C. & TAUSCHEK, M., Introduction. Between Imagined Communities and Communities of Practice: Participation,

Territory and the Making of Heritage. In ADELL, N., BENDIX, R. F., BORTOLOTTI, C.; TAUSCHEK, M. (Org.), *Between Imagined Communities and Communities of Practice Participation, Territory and the Making of Heritage*. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2015, p. 7-24.

ALBUQUERQUE, F.; TEIXEIRA, J.; SILVA, A. J. M.; SANTOS, R. A. N. (no prelo), Madeira: o vinho que nasceu no mar. Terroir, história, características, processos, agentes, degustação e turismo. In: CAEC (Org.), *Macaronesia: islas del vino*, La Laguna: Cátedra de Agroturismo y Enoturismo de Canarias.

BERLINER, D., Anthropologie et transmission, *Terrain*, v. 55, 2010a, p. 4-19. <https://doi.org/10.4000/terrain.14035>. Acesso em: 21 maio 2025.

BERLINER, D., Perdre l'esprit du lieu. Les politiques de l'UNESCO à Luang Prabang (RDP Lao), *Terrain*, v. 55, 2010b, p. 90-105. <https://doi.org/10.4000/terrain.14077>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRANCO, J. F., Jardins suspensos do Atlântico ou os súbditos de Diónisos. In BRITO, J. P. DE; O'NEILL, B. J. (Org.), *Lugares de aqui. Actas do seminário «Terrenos portugueses»*, Lisboa: Etnográfica Press, 1991, p. 49-82. <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.1863>. Acesso em: 21 maio 2025.

BORTOLOTTI, C., Le trouble du patrimoine culturel immatériel. In BORTOLOTTI, C. (Org.), *Le patrimoine culturel immatériel. Enjeux d'une nouvelle catégorie*, Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2011, p. 21-43.

BORTOLOTTI, C., Nouveaux acteurs du patrimoine, nouvelles postures anthropologiques. À propos de Ethnologues et passeurs de mémoires, *Civilisations*, vol. 61, n. 1(2), 2012, p. 139-146. <https://doi.org/10.4000/civilisations.3118>. Acesso em: 21 maio 2025.

BORTOLOTTI, C., Cómo “comerse” un patrimonio. Construir bienes inmaterialles agroalimentarios entre directivas técnicas y empresariado patrimonial, *Revista Andaluza de Antropología*, v. 12, 2017, p. 144-166.

BORTOLOTTI, C., “Let's get together:” fabriquer du patrimoine partagé, entre bureaucratisation de l'utopie et utopisation de la bureaucratie, *L'Espace géographique*, v. 49, n. 4, 2020, p. 319-336. <https://doi.org/10.3917/eg.494.0319>. Acesso em: 21 maio 2025.

BORTOLOTTI, C., Commercialization without over-commercialization: normative conundrums across heritage rationalities, *International Journal of Heritage Studies*, vol. 27.9, 2021, p. 857-868. <https://doi.org/10.1080/13527258.2020.1858441>. Acesso em: 21 maio 2025.

BORTOLOTTI, C.; UBERTAZZI, B., Editorial: Foodways as Intangible Cultural Heritage, *International Journal of Cultural Property*, v. 25-4, 2018, p. 409-418. Doi:10.1017/S0940739119000055.

BORTOLOTTI, C.; DEMGENSKI, P.; KARAMPAMPAS, P. & TOJI, S., Proving participation: vocational bureaucrats and bureaucratic creativity in the

- implementation of the UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, *Social Anthropology*, v. 28, 2020, p. 66-82. <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12741>. Acesso em: 21 maio 2025.
- BORTOLOTTI, C. & SKOUNTI, A., The Rise of Sustainable Development in the Convention for the Intangible Cultural Heritage. In BORTOLOTTI, C. & SKOUNTI, A. (Org.), *Intangible Cultural Heritage and Sustainable Development. Inside a UNESCO Convention*. Oxon/New York: Routledge, 2024, p. 1-16.
- CIARCIA, G., Introduction. In CIARCIA, G. (Org.), *Ethnologues et passeurs de mémoires*. Paris/Montpellier: Éditions Karthala – Maison des Sciences de l’Homme de Montpellier, 2011, p. 7-30.
- DEACON, H., Safeguarding the Art of Pizza Making: Parallel Use of the Traditional Specialties Guaranteed Scheme and the UNESCO Intangible Heritage Convention, *International Journal of Cultural Property*, v. 25-4, 2018, p. 515-542. Doi:10.1017/S0940739118000279.
- DEBARBIEUX, B., Imaginaires de la mondialité au patrimoine culturel immatériel de l’UNESCO, *L’Espace géographique*, v. 49, n. 4, 2020, p. 355-371.
- HAFSTEIN, V. Claiming Culture: Intangible Heritage Inc., Folklore, Traditional Knowledge. In HEMME, D., TAUSCHEK, M.; BENDIX, R. (Org.), *Prädikat « Heritage »*. *Wertschöpfungen aus kulturellen Ressourcen*. Munster: Lit Verlag, 2007, p. 75-100.
- HERTZ, E., Bottoms, Genuine and Spurious. In ADELL, N.; BENDIX, R. F.; BORTOLOTTI, C.; TAUSCHEK, M. (Org.), *Between Imagined Communities and Communities of Practice Participation, Territory and the Making of Heritage*. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2015, p. 25-57.
- INDERHAUG, T., Stockfish Production, Cultural and Culinary Values, *Food ethics*, v. 5-6, 2020. <https://doi.org/10.1007/s41055-019-00060-6>. Acesso em: 21 maio 2025.
- JACOBS M., Glocal Perspectives on Safeguarding. CGIs, ICH, Ethics and Cultural Brokerage. In UESUGI, T. & SHIBA, M. (Org.), *Glocal Perspectives on Intangible Cultural Heritage: Local Communities, Researchers, States and UNESCO, with the Special Focus on Global and National Perspectives*. Tokyo: Center for Glocal Studies - Seijo University, 2017, p. 49-72.
- LATOUR, B., Une sociologie sans objet ? Note théorique sur l’interobjectivité, *Sociologie du travail*, v. 36, n. 4, 1994, p. 587-607. Doi: <https://doi.org/10.3406/sotra.1994.2196>. Acesso em: 21 maio 2025.
- MACE, J. & JOANNETTE, M., Introduction. In JOANNETTE, M. & MACE, J. (Org.), *Les communautés patrimoniales*. Québec, Presse de l’Université du Québec, 2019, p. 1-17.
- MATTA, R., Food incursions into global heritage: Peruvian cuisine’s slippery road to UNESCO, *Social Anthropology*, v. 24, n. 3, 2016, p. 338–352.

- NUNES, N. N., Nunca deixes a terra. In: VERÍSSIMO, N. e BURNAY, C. D. (Org.), *A Condição de Ilhéu: Arquipélago da Madeira*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, p. 95-106.
- OLIVEIRA, C. D. S., *Terroir Madeira, uma vocação reencontrada. (Trans)formações na arquitetura da paisagem vitícola*, Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2018-2019.
- PEREIRA, E. C., *Ilhas de Zargo*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 1989.
- PFEILSTETTER, R., Heritage entrepreneurship. Agency-driven promotion of the Mediterranean diet in Spain, *International Journal of Heritage Studies*, v. 21, n. 3, 2015, p. 215-231, Doi: 10.1080/13527258.2014.930502.
- SILVA, A. J. M., The fable of the cod and the promised sea. About Portuguese traditions of bacalhau. In BARATA, F. T. & ROCHA, J. M. (Org.), *Heritages and Memories from the Sea, Proceedings of the 1st International Conference of the UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage, 14-16 January 2015*. Évora: University of Évora, 2015, p. 130-143.
- SILVA, A. J. M., *Le régime UNESCO*. Charleston: CreateSpace, 2016a.
- SILVA, A. J. M., *Diaita Nostra - patrimoines alimentaires, identité et gouvernamentalité en Méditerranée*. Évora: UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage - Universidade de Évora, 2016b.
- SILVA, A. J. M. da, Does the ethnoarchaeology have a future beyond the analogy? In ALARCÓN G., E.; PADILLA FERNÁNDEZ, J. J. et al. (Org.), “Something more than galbos and pots. Ethnoarchaeology and ceramic experimentation”, *Menga – Journal of Andalusian Prehistory* (Monography 4), 2018a, p. 31-43.
- SILVA, A. J. M., From the Mediterranean Diet to the Diaita: The Epistemic Making of a Food Label, *International Journal of Cultural Property*, 25, n. 4 (v. ed. por C. BORTOLOTTI), 2018b, p. 573-595.
- SILVA, A. J. M., Désir de chair et raison végétarienne. Médicalisation et mise en patrimoine de l'alimentation en Méditerranée. In OUBAHLI, M. (Org.), *Manger au Maghreb - partie IV Par les mots, les légumes et les fruits. Horizons Maghrébins*, Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2020, p. 200-214.
- SILVA, A. J. M., In the shadow of the saltcod. Writing versus staging the stockfish history in the Iberian Peninsula, *Revista TAE - Trabalhos de Antropologia e de Etnologia*, vol. 61, 2021, p. 167-209.
- SILVA, A. J. M., Once upon a time: The Old Blandy's Wine Lodge, *Revista Herança*, vol. 6, n. 2, 2023a, p. 14-29. <https://doi.org/10.52152/heranca.v6i2.656>. Acesso em: 21 maio 2025.
- SILVA, A. J. M., 2013- A dieta mediterrânica. In BRAGA, I. D. (Org.), *História Global da Alimentação Portuguesa (HGAP)*. Lisboa: Temas e Debates, 2023b, p. 585-590.

SILVA, A. J. M., From the glass to the plate: Reframing the storytelling about the Madeira wine's leaping into gastronomy, *Revista Herança*, vol. 6, n. 2, 2023c, p. 117–146. <https://doi.org/10.52152/heranca.v6i2.668>. Acesso em: 21 maio 2025.

TORNATORE, J.-L., L'esprit de patrimoine, *Terrain*, vol. 55, 2010, p. 107-127.

TYLOR, E. B., *Primitive culture. Research into the development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom*. Londres: John Murray, 1871.

UBERTAZZI, B., The Territorial Condition for the Inscription of Elements on the UNESCO Lists of Intangible Cultural Heritage. In ADELL, N.; BENDIX, R. F.; BORTOLOTTI, C. & TAUSCHEK, M. (Org.), *Between Imagined Communities and Communities of Practice Participation, Territory and the Making of Heritage*. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2015, p. 111-122.

UNESCO, *Conclusions du groupe d'experts concernant les pratiques alimentaires en tant que parties intégrantes des systèmes culturels et du patrimoine culturel immatériel (Vitré, 4-5 avril 2009)*, Paris : UNESCO, 2009. https://ich.unesco.org/doc/src/Foodways-Vitr%C3%A9_meeting-2009-Conclusions-FR.doc. Acesso em: 21/05/2025.

UNESCO, *Directives opérationnelles pour la mise en œuvre de la Convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel*. Paris: UNESCO, 2018. https://ich.unesco.org/doc/src/ICH-Operational_Directives-7.GA-PDF-FR.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

UNESCO, *Decision 46 COM 8B.23. Levadas da Madeira (Portugal)*. Paris: UNESCO, 2024. <https://whc.unesco.org/en/decisions/8616/>. Acesso em: 21 maio 2025.

UNESCO, *Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. Instructions for completing Form ICH-02, ICH-02 (Extension), ICH-02 (Reduction) and ICH-02 USL to RL*. Paris; UNESCO, 2025. <https://ich.unesco.org/doc/src/ICH-02-2026-Instructions-EN.doc>. Acesso em: 21 maio 2025.

VASSAS, C., Introduction. In Vassas, C. (Org.), *Les aléas de la transmission*. Paris: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2021, p. 3-6.

VIEIRA, A., *O vinho Madeira, a independência dos Estados Unidos da América e os presidentes*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2015.

VIEIRA, A., *Será o arquipélago da Madeira no século XV a primeira etapa da globalização?*. Funchal: Centro de Estudos do Atlântico, 2017. https://issuu.com/milsumav/docs/c-9ilha_07_madeiraglobal/25. Acesso em: 21 maio 2025.

ZAGATO, L. The Notion of Heritage Community in the Council of Europe's Faro Convention. Its Impact on the European Legal Framework. In ADELL, N.; BENDIX, R. F.; BORTOLOTTI, C. & TAUSCHEK, M. (Org.), *Between Imagined Communities and Communities of Practice Participation, Territory and the Making of Heritage*. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2015, p. 141-168.